

# **EDUCAÇÃO TÉCNICA A DISTÂNCIA: PERFIL E NECESSIDADES FORMATIVAS DO ALUNO**

**R. L. da Costa<sup>1</sup>**

<sup>1</sup>Instituto Federal de Goiás  
rldcosta@gmail.com

## **RESUMO**

O problema que orientou esta pesquisa foi “como o perfil do aluno de educação técnica a distância pode implicar em necessidades formativas diferentes da educação superior a distância”. Assim, este artigo apresenta resultados de uma pesquisa bibliográfica e empírica. O estudo empírico foi realizado por meio de conversas virtuais com alunos de cursos técnicos a distância da Rede e-Tec. Foi feita análise qualitativa seguindo abordagem do materialismo histórico-dialético fundamentados no referencial teórico de Frigotto e Ciavatta (2010, 2006, 2003), Kuenzer (2006, 2009) e outros pesquisadores da educação a distância. As análises mostram que há diferenças no perfil e nas necessidades formativas do aluno do curso técnico a distância.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação profissional a distância, Educação *online*, Ensino técnico a distância.

## **TECHNICAL DISTANCE EDUCATION: PROFILE AND TRAINING NEEDS OF THAT STUDENT**

## **ABSTRACT**

The problem that guided this study was "how the profile of the vocational student in a distance education may imply different training needs of distance higher education." Thus, this article presents results of a literature and empirical research. The empirical study was conducted through virtual conversations with students of technical courses of Rede-Tec. Qualitative analysis was done following the approach historical and dialectical materialism based on the theoretical framework of Frigotto and Ciavatta (2010, 2006, 2003), Kuenzer (2006, 2009) and other researchers of distance education. The analyzes show that there are differences in the profile and training needs of the student of technical course distance.

**KEYWORDS :** Vocational Distance Education, Online Education, Professional Distance Education.

# **EDUCAÇÃO TÉCNICA A DISTÂNCIA: PERFIL E NECESSIDADES FORMATIVAS DO ALUNO**

## **1. Educação Profissional de Nível Técnico: apontamentos históricos**

A história da educação profissional de nível técnico (EPT) no Brasil mostra que, embora sua oficialização tenha sido na primeira década do século XX, sua existência antecede consideravelmente essa referência, pois, escolas como Colégio das Fábricas e os Liceus de Artes e Ofícios durante o Brasil-colônia e depois em torno da proclamação da república desenvolviam ações entrecruzadas de ensino, de ofícios e abrigo a órfãos e desvalidos (Cunha, 2000; Manfredi, 2002; Frigotto, 2010). Portanto, o ensino específico de ofícios foi, no Brasil, originalmente destinado à pessoas pobres ou em pessoas em situação de riscos e vulnerabilidade.

Entretanto, a partir das iniciativas governamentais, tais escolas se concretizaram como ensino de ofícios também para os filhos dos operários brasileiros, haja vista a grande carência de profissionais qualificados em áreas específicas da industrialização pela qual passava o país nas primeiras décadas do século XX. Posteriormente, em torno da década de 1940, houve expansão das escolas agrotécnicas devido ao desenvolvimento agropecuário que avançava pelo país. Novamente, incentivava-se os filhos de pequenos produtores e pessoas de baixa renda das regiões rurais a irem para tais escolas.

Assim, durante o século XX, a EPT ofertada pela Rede Federal passou por diversas evoluções de reconhecimento político que implicaram em sua expansão e reconfiguração com base no momento econômico em que o Brasil vivia. Por outro lado, o público-alvo se mantinha às classes baixas da sociedade. Em mais de cem anos de existência, as Escolas de Aprendizes e Artífices foram transformadas em Escolas Técnicas, Agrotécnicas, Centro Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e, por último, os CEFET transformados em Institutos Federais (IF) em 2008. A cada transformação há reconfigurações no projeto político-pedagógico dessas escolas acarretando alterações na oferta dos cursos no que diz respeito à como, para quem e com quais objetivos ofertam os cursos.

Entre as décadas de 1940 e 2000, muitos foram os decretos e resoluções que travavam uma luta que perdura até hoje: a integração dos cursos técnicos ao ensino médio regular. A intenção é o fim da dualidade estrutural que marca concretamente a educação técnica para pobres e a educação regular para ricos propondo uma escola única para todos independente de classe social. Também não mudou o fator que impulsiona essas mudanças na educação técnica: o mercado. Vista precisamente como um nível educacional para atender às necessidades de mão-deobra do mercado econômico, ela pouco evoluiu no sentido de prover uma educação ampla e emancipadora:

Pode-se afirmar, assim, que a despeito de algumas intenções em contrário, a estratégia de fazer reformas conciliando e não confrontando os interesses da minoria prepotente com as necessidades da maioria desvalida acaba favorecendo essa minoria, mantendo o dualismo estrutural na educação, a inexistência de um sistema nacional de educação, uma desigualdade abismal de bases materiais e de formação, condições de trabalho e

remuneração dos professores, redundando numa pífia qualidade de educação para a maioria da população. No âmbito da educação profissional, técnica e tecnológica, centro de grandes disputas na Constituinte, na LDB e no PNE em prol de uma concepção não adestradora e tecnicista e de sua vinculação jurídica e financiamento públicos, esta foise constituindo na grande prioridade da década, sem alterar, todavia, seu caráter predominantemente privado. Certamente, a opção pela parceria do público com o privado não favorece a reversão da dualidade educacional. (Frigotto, 2010, p. 246)

A criação dos IF incrementou para sua oferta de cursos técnicos, dentre outras alterações, a oferta de cursos técnicos a distância. Assim, por meio da criação do Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec) em 2007, posteriormente alterado para Rede e-Tec Brasil (Brasil, 2011b), foram implantados os primeiros cursos técnicos da rede federal a distância. É importante destacar que bem antes disso, em torno da década de 1940, muitos cursos profissionalizantes já eram ofertados a distância. Entretanto, eram cursos livres, sem vinculação com a educação básica ou reconhecidos pelo MEC como nível educacional formal.

Os cursos técnicos ofertados pela Rede e-Tec podem o ser nas mesmas configurações da EPT presencial: concomitante, integrado, subsequente e PROEJA<sup>1</sup>, e também quando o curso for o mesmo, não devem haver diferenças curriculares e de carga-horária consequentes do modo de oferta.

Nessa perspectiva, o presente artigo trata do perfil do aluno que busca a Rede e-Tec para obter formação de forma relacionada com as necessidades formativas desses estudantes e da respectiva habilitação técnica conforme os objetivos atuais dos IF. A pergunta-problema que conduz o desenvolvimento deste artigo pode, então, ser sintetizada assim: “Existem necessidades formativas específicas para os alunos dos cursos técnicos a distância em decorrência do perfil desse aluno ou da habilitação técnica?”. Este texto faz análise qualitativa fundamentada no materialismo histórico-dialético relacionando os depoimentos coletados com o perfil encontrado na bibliografia existente.

## **2. A Rede e-Tec**

A Educação Profissional de nível técnico (EPT) ofertada pela rede federal, conforme já mencionado, possui mais de cem anos no Brasil. Além dela, existem outras instituições privadas, organizações não-governamentais e o Sistema S que oferecem estes cursos. A diferença entre estas instituições e os cursos da rede federal é que a concepção das primeiras é assumidamente atender as necessidades de mão-de-obra qualificada de acordo com a economia do país. A Rede Federal, entretanto, deveria concretizar um foco mais amplo

articulando-a com ações de desenvolvimento territorial sustentável e orientando-a para a formação integral de cidadãos-trabalhadores

---

<sup>1</sup> Os cursos técnicos ofertados no modo concomitante se referem à parte técnica ofertada pela rede federal enquanto o aluno cursa as disciplinas propedêuticas em outra instituição de Ensino Médio (EM) regular; o modo integrado se refere à oferta toda pela rede federal; o subsequente se refere ao módulo técnico ofertado à pessoas que já possuem o EM concluído; e o PROEJA se refere à educação de jovens e adultos fora da idade regular do EM executando tanto o EM quanto às disciplinas técnicas pela rede federal.

emancipados. Nesse contexto, toma-se a decisão de ampliar o número de escolas federais de educação profissional e tecnológica, dando início a um processo de crescimento capaz de gerar reflexos mais amplos para a educação brasileira. (Brasil, 2010, p. 14)

Espera-se dos cursos técnicos ofertados pela escola pública – institutos federais, CEFTET, escolas técnicas e agrotécnicas - técnicos com formação ampla, omnilateral e alto grau de qualidade na formação técnica (Kuenzer, 2006, 2009; Frigotto e Ciavatta, 2003, 2006). Ademais, apresenta-se clara, no trecho acima, a política de expansão dessas escolas fortemente engajada pelo governo nacional e com discurso da formação integral. Dentro dessa perspectiva mais discursiva do que prática é que se encontra a expansão das vagas de educação técnica também para o modo a distância e, especificamente *online*.

Essa tentativa parte de que o Brasil é um país de grandes extensões e diversidades geográficas que podem ser obstáculos para implantação de escolas. Assim, por um lado, a Rede e-Tec afirma em seus objetivos (Brasil, 2011b) o foco na interiorização da oferta de EPT por meio da EaD. Por outro lado, na prática, essa oferta não se configura no nível técnico integrado, mas no nível subsequente ao Ensino Médio. A grande oferta de cursos subsequentes, estreitamente ligados às necessidades mercadológicas regionais, parecem aproximar os IF ao Sistema S.

Os cursos técnicos da rede federal não deveriam ter foco restrito no atendimento ao mercado, tendo em vista ser uma escola que atende as classes baixas, sendo para maioria, a escola que os coloca com maior possibilidade de entrar no mercado de trabalho e de alcançar o nível superior. Existem alunos nesse grupo que almejam o ensino superior e alunos que cursam o curso técnico integrado de nível médio para a conclusão da educação básica.

Desde 2008 a EPT foi integrada à Educação Básica. Esse é mais um indicativo concreto de que os cursos técnicos da rede federal deveriam investir no curso técnico integrado. Por outro lado, na prática, os programas implantados paralelamente sob responsabilidade dos IF desvia essa oferta para o modo subsequente como é no Programa Rede e-Tec e Pronatec.

Ao longo da história da educação brasileira, muitos pesquisadores da educação profissional tratam do tema de forma a demonstrar essas contradições concretas das políticas educacionais.

Leher (2011) explica que diversas ações políticas voltadas para financiamento a partir da década de 1940 eram ditas como provisórias para 'socorrer' o mercado, porém, observa-se a manutenção delas até os dias de hoje. O que houve foram apenas reconfigurações, mas a essência permanece: incentivam mais o modo subsequente do que a valorização do curso técnico integrado que seria promissor para as classes pobres (Frigotto e Ciavatta, 2006). A Rede e-Tec e o Pronatec, da maneira como estão sendo implantados e conduzidos, são apenas mais um exemplo disso. Nesse caso, é o uso do discurso da tecnologia como salvação da educação e atendimento de regiões inóspitas, quando na verdade foi a maneira encontrada para se atender um maior número de alunos de maneira menos custosa, visto que a visão de EaD do governo não indica preocupação com a qualidade dos processos pedagógicos que nela ocorrem. Alonso (2011), Lima (2011) e Saldanha (2012) tratam detalhadamente dessa visão de EaD do governo e dos objetivos reais dos

programas que compõem o Pronatec (Brasil, 2011a), como é o caso da Rede e-Tec. Pelos dados do censo da EaD é possível notar a rápida expansão da oferta dos cursos técnicos subsequentes a distância. O censo 2011 realizado pela Associação Brasileira de Educação a Distância mostra que apenas 4,3% das matrículas autorizadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) eram de cursos de nível técnico. Já em 2012, essa representação salta para 10,9% (ABED, 2011, 2012).

Assim, são apresentados a seguir, os dados e suas análises de modo a tentar apresentar os indícios de um perfil diferente no que se refere ao alunado da educação profissional e que deveria implicar em ações político-pedagógicas específicas para esse nível de ensino quando ofertado a distância.

### **3. Metodologia**

Esta pesquisa foi realizada de dois modos: pesquisa bibliográfica e pesquisa empírica. Acreditamos que a relação teoria e prática dentro de um contexto sóciohistórico é que nos permite continuar com a produção do conhecimento de maneira segura e consciente. Triviños (1987, p. 64) explica que a teoria e a prática são categorias filosóficas que designam os aspectos material e espiritual da atividade objetiva sócio-histórica dos homens: conhecimento e transformação da natureza e da sociedade. Pela contemplação do objetivo de pesquisa é possível começar a conhecê-lo, delinear pressupostos. A partir das relações teóricas com as observações torna-se praticável o levantamento de questões norteadoras da pesquisa. Com a pesquisa de campo entrelaçada à pesquisa teórica é possível compreender a essência concreta do fenômeno: o seu movimento.

Buscou-se, por meio da abordagem quanti-qualitativa embasada no materialismo histórico-dialético, relacionar as duas fontes de dados com o referencial teórico que trata da educação profissional (Leher, Kuenzer, Frigotto e Ciavatta) e da educação a distância (Alonso, Pretti, Duarte, Costa) visando obter uma noção geral do que mostra ser a tendência do perfil dos cursos técnicos a distância da rede federal e suas necessidades formativas.

A pesquisa bibliográfica ocorreu no Banco de Teses da CAPES com os descritores 'perfil aluno ensino técnico' e 'perfil aluno educação profissional distância'. Foram encontradas apenas 4 dissertações de mestrado e 1 de doutorado tratando dos perfis de alunos de cursos técnicos de escolas técnicas estaduais. Além disso, foram encontrados 4 artigos completos publicados em eventos, os quais tratam dos perfis de alunos de escolas técnicas federais.

O estudo empírico constituiu-se pela realização de 3 chats de 3 horas cada um com o tema "O Papel do Aluno na EaD". Os três chats foram realizados em horários diferentes para que um número de alunos maior pudesse participar. Assim, o total de alunos participantes foi de 37, sendo que nem todos se dispuseram a formalizar as respostas de alguns questionamentos para servir a esta pesquisa. Todos os alunos são da mesma turma do mesmo curso técnico a distância de um instituto federal da região Centro-Oeste.

### **4. Apresentação dos Dados e Discussão**

De acordo com a pesquisa bibliográfica realizada, o perfil do aluno da educação técnica saiu de 67% da Classe D até 2004 e, hoje, configura-se em 90% dos alunos pertencentes às classes B e C juntas (Motta, 2012). Em relação à faixa etária, até a década de 1990, a maior parte dos alunos tinham entre 15 e 18 anos. Na década de 2000 esse dado aumentou para média de 24 anos e, a partir de 2010, começa a aumentar a média de idade do alunado para 27 anos (Motta, 2012). Foi identificado também que a renda familiar desses alunos é de 2 a 3 salários mínimos em 64% deles (Disconsi et Al, 2010; Etec Carapicuíba, 2011).

É possível observar que, embora a educação de nível técnico tenha em toda sua história de atendimento foco nos juvenis das classes pobres, industriais e agricultores (Sobral, 2009), esse perfil geral tem um pequeno desvio a partir de meados da década de 2000.

Esse fato pode ser justificado pelas políticas públicas de expansão da educação técnica por meio das novas escolas implantadas por todo o Brasil, pela Rede e-Tec e pelo Pronatec. Essa ampliação da oferta de educação técnica não ficou restrita à rede federal, mas foram direcionados recursos orçamentários para o Sistema S e financiamentos de cursos técnicos em escolas privadas. Em que pese o fato dos novos institutos federais abrirem novos cursos em nível integrado, eles têm ofertado também cursos subsequentes presenciais e a Rede e-Tec, a qual tem 90% dos seus cursos no modo subsequente a distância. Os cursos subsequentes por sua própria exigência de ensino médio completo já encaminha para atendimento a um público pelo menos acima de 17 anos.

Pelas pesquisas da ABED (2012), sabe-se que o perfil etário da modalidade a distância “está na faixa de 18 a 30 anos (50%) e 31 a 40 anos (43%). A maioria dos alunos entre 18 e 30 anos está na graduação (33%) e em ensino profissionalizante (24%)”. Nota-se que a EaD, atualmente, é procurada por um perfil que não dispõe de condições facilitadoras para se frequentar um curso diariamente presencial. Mais de 50% desse público é do sexo feminino com família e 72,5% trabalham (Idem). Esses dados já demonstram uma diferença gritante em relação ao aluno da educação técnica integrada presencial.

Por meio da pesquisa de campo, foi possível observar que os estudantes participantes dos chats configuraram três perfis gerais de aluno nos cursos da Rede e-Tec: pessoas entre 20 e 30 anos, solteiras e que cursam alguma graduação simultaneamente; pessoas entre 20 e 45 anos que trabalham, têm família e estão sem estudar há um período longo; e, ainda, pessoas acima de 45 anos que estão sem estudar há um longo tempo:

Alguns alunos têm um modo diferente de aprender do outros. Alguns com mais dificuldades, outros nem tanto... tem horário certo pra ficar nesse chat? É que tenho que ir pra faculdade. (Aluno1)

Eu creio que no ambiente virtual, tanto o aluno quanto o professor, contam com mais ferramentas para ensinar e aprender. Esse tema é interessante ainda mais para mim que curso também licenciatura em Química. (Aluno16)

Eu também sou graduada em licenciatura em Química e acho mais importante a interação do aluno com o professor em que ambos relatam suas experiências. (Aluno17)

Eu sou formada em Gestão Ambiental e estou fazendo Agrimensura também atualmente. (Aluno19)

Já fiz outros cursos a distância como Agrimensura. (Aluno20)

As características supracitadas são um indicativo de diferença do perfil do estudante que procura o curso técnico a distância. Até meados de 2000, 90% das vagas eram ocupadas por estudantes das classes C e D, e mais jovens. Esses dados mostram que há uma alteração a qual pode indicar que há outros interesses que os estudantes buscam e acreditam poder ser atendidos por meio de cursos técnicos. O fato de 20% dos matriculados na Rede e-Tec já serem graduados ou graduandos pode indicar, no modo de ver do aluno, uma insuficiência prática no curso superior ou, ainda, a crença de entrada significativamente mais rápida no mercado de trabalho quando se conclui um curso técnico.

Por outro lado, pesquisas atuais mostram que embora a profissionalização tenha aumentado sua oferta, há ainda vagas em aberto e é possível que o contratante com a grande oferta de mão-de-obra tenha o poder de barganha e contrate o funcionário menos custoso:

Como alardeado pela imprensa, quanto maior a qualificação do trabalhador maior será seu potencial de empregabilidade. Ou seja, os patrões continuam a escolher, dentro do exército de trabalhadores reservas, aqueles mais baratos e que possam gerar mais lucros. (...) Existem vagas no mercado de trabalho formal que não estão sendo preenchidas por pura falta de formação do postulante a ela, e isso é notícia diária. Ora, não serão os cursos técnicos, isoladamente, a despeito do esforço de seu corpo docente, sempre muito pontual e interessado, que resolverão os problemas estruturais de uma nação como o Brasil. E também não é verdade, como alardeado pela imprensa, que cursar o Ensino Técnico é certeza de empregabilidade. (Motta, 2012, p. 65)

A propaganda milagrosa pelos cursos técnicos não tem fundamento de ordem alguma, quiza de garantir emprego com melhor salário no mundo capitalista onde reina a lei da procura e oferta. Portanto, essa é mais uma razão para a educação técnica, mesmo a distância, não ser direcionada somente para um ensino tecnicista. É preciso formar cidadãos-profissionais emancipados que tenham capacidade intelectual para construir suas histórias. O fato dos alunos cursarem mais de um curso ao mesmo tempo pode indicar o desespero e a ausência de entendimento do que fazer num mercado econômico que muda o tempo todo e incentiva uma competição tão acirrada que as formações acadêmicas não dão conta mais. Os profissionais estão buscando o tempo todo e num intervalo de tempo menor formação continuada e complementar.

A elevação na idade média das pessoas que procuram os cursos técnicos, por um lado, demonstra atendimento à população mais madura por cursos técnicos, e se justifica pela oferta ser a distância. Tal fator é indicador de agregação de alunos mais velhos, em condições familiares e trabalhistas difíceis de se incluir em cursos regulares presenciais. Por outro lado, questiona-se a formação ofertada já que é feita fragmentada e rápida:

Há que construir uma proposta de ensino médio integrado que supere a mera justaposição dos componentes geral e específico dos currículos, sem cair no engodo de projetos com reduzida sistematização do conhecimento a

negar a necessidade de formação teórica para os trabalhadores, mediante uma rigorosa articulação entre teoria e prática a partir da prática social e dos processos de trabalho. (Kuenzer, 2012, p. 13)

Outro fator importante é o aumento da oferta de cursos técnicos subsequentes pelos institutos federais. Esse é um forte indicativo de perda de identidade dessas instituições, bem como de maior aproximação dessas escolas ao atendimento restrito das necessidades de mão-de-obra. Isso deve-se ao fato de que enquanto CEFETs, tais escolas focavam em formar técnicos de maneira integrada ou concomitante com o Ensino Médio culminando numa formação ampla ao término do Ensino Médio para esse técnico. Com a ampliação da oferta dos cursos subsequentes pelas escolas federais, elas passam a se aproximar também das concepções mercadológicas dos cursos técnicos do Sistema S e de outras entidades privadas (Lima, 2011; Saldanha, 2012), pois ofertam cursos técnicos independentes da educação básica, rápidos, fragmentados e bem direcionados às necessidades do momento econômico que o país vive. Assim sendo,

sob o domínio das ideologias dominantes os trabalhadores assimilam a lógica de ensino para o mercado, mas apontam de forma enfática para a fragmentação e pulverização dos conteúdos programáticos que se encontram ajustados a cargas horárias mínimas e tendo à frente um corpo docente, em grande parte, engajado com as propostas educacionais submissas a um projeto de manutenção da exclusão social e do fortalecimento da escola dual. (Carvalho, 2006, P. 1242)

Em relação a percepção dos cursos técnicos a distância pelos alunos, é unânime a ideia de que estudar a distância é mais difícil porque, para eles, isso significa estudar sozinho e não encarnam o sentimento de estar em sala de aula:

O aluno de EaD tem que ser bem responsável; do contrário é difícil obter êxito sozinho. (Aluno5)

Estudar a distância é algo muito bom, a gente se dedica mais, lê mais, e na minha opinião, aprende mais. A EaD exige mais de nós, mais esforço, mais compromisso. (Aluno6)

Eu amo quando o professor XX envia vídeo com ele mesmo explicando, me sinto numa sala de aula. (Aluno4)

Algumas disciplinas não têm aula presencial. Temos que fazer grupos de estudo. (Aluno8)

O sentimento demonstrado, de não pertencimento à uma instituição escolar dotada de colegas e professores, e de necessidade de mais momentos presenciais implica que há alterações nas necessidades formativas desses cursos. Como o perfil é, em 60%, de pessoas mais velhas que estão há um tempo sem estudar, esses alunos não aprenderam a estudar de maneira autônoma. Muitos foram os alunos que se manifestaram a favor de vídeos com o próprio professor da disciplina. Isso é um forte indicativo da diferença do aluno de curso técnico a distância em relação ao aluno do curso superior a distância.

Essa dificuldade está presente na maioria dos grupos de cursos a distância e está diretamente relacionada com o modo como o aluno estudou no decorrer de sua vida estudantil, pois, a capacidade de independência nos estudos não é uma qualidade



natural de cada indivíduo, ela é desenvolvida com a conquista de ferramentas mentais para poder aprender a pensar. Se ainda hoje, a abordagem pedagógica que prevalece na prática escolar cotidiana é a tradicional (Libâneo, 2002) como podem os alunos de hoje ter desenvolvido a capacidade autônoma de estudo?

Preti (2009, p. 115) explica que a capacidade de autonomia não chega de forma automática com a idade adulta. Antes ela é uma conquista histórica e social de vida de cada indivíduo:

Autonomia não se situa no campo metafísico, da especulação; não é um componente do real, aí posto naturalmente, ou um objeto de contemplação. É uma qualidade produzida, construída pelo homem a duras penas: a capacidade de decidir o que fazer e como fazer, de dar “intencionalidade” e direção às ações.

Portanto, a autonomia deveria continuar sendo trabalhada de forma gradual também na educação técnica. É com a conquista de ferramentas mentais- aprendizagem de conceitos científicos e desenvolvimento de raciocínio - é que o indivíduo vai se capacitando e construindo a independência intelectual. Vygotsky (1991) explica como se dá o desenvolvimento da rede mental pelos conceitos de zona de desenvolvimento proximal e real. Assim, a autonomia intelectual é também uma faculdade superior da mente que se desenvolve de maneira sócio-histórica. Nessa perspectiva, assumir essa capacidade como qualidade individual de ordem apenas biológica, implica em polarizar no aluno a responsabilidade do sucesso ou não da aprendizagem. Nota-se, portanto, que isso configura como uma prática fortemente relacionada à pedagogia comportamental por parte dos idealizadores do curso. Por outro lado, os depoimentos dos alunos indicam que estes interiorizaram tal discurso e depositam em si mesmos a capacidade e a necessidade de se saber estudar sozinho, termo utilizado por eles.

Vários depoimentos dos alunos demonstram que esses participantes dos cursos técnicos valorizam o uso de ferramentas em que vêem o próprio professor da disciplina explicando o conteúdo de um modo menos formal do que em vídeo-aulas comerciais.

A reclamação de nunca ter aulas presenciais também é constantemente mencionada. Esses fatores indicam, além da pouca autonomia desenvolvida, a necessidade afetiva de se sentir em uma sala de aula, sentimento que parece não permear o curso estudado. Também em virtude de tratarmos de cursos técnicos, os alunos desses cursos já os buscam com expectativas diferentes de um curso superior. Eles têm a crença de que terão mais aulas práticas e vivenciarão mais de perto determinado ofício. Por outro lado, sentem dificuldade de participar de eventos presenciais característicos da educação técnica como, por exemplo, aulas práticas em laboratórios de biologia, química e visitas-técnicas, em geral:

Devia se estudar uma forma de mesmo distante a gente sentir que o professor tivesse ao nosso alcance; às vezes a gente se sente sozinho. (Aluno5)

O que eu acho mais difícil é estudar sozinho e às vezes tem alguns exercícios que não consigo resolver. Outro desafio é transformar as

incontáveis informações em conhecimento consolidado, consistente. (Aluno12)

Estudar sozinho é mesmo difícil e é um dos obstáculos que temos mesmo nesse curso. (Aluno13)

Muitas dúvidas no presencial a gente tira até mesmo com os colegas, nesse curso a gente não se vê, pouco se vê... (Aluno9)

O contato da turma é muito pouco. O curso tem aulas presenciais reduzidas, algumas matérias nem tem. (Aluno11)

Aulas presenciais tinham que ser no mínimo de 15 em 15 dias. Se não tivermos mais aulas práticas só o estágio é muito pouco. (Aluno12; Aluno 9)

Mas presencial demais pra mim é difícil porque moro longe e perderia algumas. (Aluno10)

Eu também, no sábado eu trabalho o dia todo também. Não posso. (Aluno9)

Desse modo, instaura-se uma lacuna contraditória entre o objetivo do curso técnico com suas necessidades formativas e os objetivos de um curso a distância. Muitos são os questionamentos de como fica a formação técnica se o curso for integralmente a distância.

A proposta atual do MEC (Brasil, 2012), recomenda que ao menos 20% da carga-horária total dos cursos técnicos a distância sejam no modo presencial.

Entretanto, como analisamos anteriormente, pode estar aí a maior contradição desses cursos: se o aluno opta por estudar a distância, é quase certo que encontros presenciais para ele sejam inviáveis. Observamos anteriormente, também, as razões desse perfil de aluno técnico que nem sempre pode participar de todas atividades porque cursa outro curso de graduação, ou tem filhos pequenos ou, ainda, trabalha na indústria em regime de escala, o que também inclui fins de semana e período noturno.

Em relação à prática docente, os dados demonstram a necessidade do uso de diferentes estratégias para uma mesma aula visando suprir empecilhos infraestruturais, de aprendizagem e até afetivos dos alunos. Isso deve-se ao fato que alguns alunos não podem participar em alguns chats de horário fixo, outros não se adaptam ao uso de fóruns porque acham difícil a compreensão, outros têm medo de deixar registrado o que querem falar, ou, até mesmo, não possuem internet com qualidade suficiente para utilizar chat ou vídeos.

Moore e Kearsley (2007) destacam que a riqueza e variedade de materiais didáticos é uma forma de suprir o estudo nos momentos individualizados e não pode implicar em redução dos momentos sociais de aprendizagem com o professor e os colegas.

Também relacionado ao grau de autonomia dos alunos e à prática docente virtual, está a necessidade que eles têm de retorno dos professores:

Devemos ser dedicadas, responsáveis e dialogar mais com os professores, mas muitas vezes ficamos com dúvidas porque demoram muito a responder. (Aluno7)

Acredito que ao menos as atividades que envolvam questões discursivas, deveriam ser corrigidas pelos professores e não por tutores, seria o melhor. (Aluno5)

Seria bom mais vídeos, vídeos com o próprio professor explicando as dúvidas. O fórum é bom mas às vezes não entendemos. As vezes não postamos porque sabemos que demoram a responder. (Aluno13)

Chat é muito bom para obter respostas na hora, dar opiniões e assim teríamos mais contato com os colegas e professores. (Aluno10)

Não vejo muita diferença no ensino a distância em relação ao presencial, o mais difícil é sobre dúvidas que às vezes demoram demais para responder.

Não tem onde escorar. (Aluno9)

Na aula presencial você tem as dúvidas sanadas na hora e no curso a distância demora um pouco. (Aluno10)

Alguns depoimentos demonstram que a necessidade de retorno e confiança na relação de envio de mensagens e respostas é de suma importância para desencadear um uso efetivo das ferramentas do ambiente virtual. A prática cotidiana compromissada em atender os alunos é fator primordial para desencadear o uso ou não de cada ferramenta e, conseqüentemente, por criar uma relação de confiança entre professor e alunos. Para Prestera e Moller (2001 *apud* Abreu-e-Lima e Alves, 2011, p. 200),

é importante que os tutores tenham um papel ativo em dar feedback construtivos e positivos, em tempo necessário para o estudante se sentir ouvido, e que os comentários sejam personalizados. De acordo com os autores, isso previne que os estudantes desistam do curso por sentimentos de solidão e isolamento.

A afetividade e o contato com o professor são instrumentos necessários para que se desenvolva confiança na relação de ensino porque esse se torna fator motivador da aprendizagem:

O papel do tutor, essencialmente indispensável para o sucesso de qualquer curso, seja na função de motivador, orientador, mediador do processo, contribui, principalmente, para que os alunos não se sintam sós, apesar da oferta em EAD, por sua própria estrutura, incentivar o aluno a desenvolver sua autonomia, sua independência. Portanto, a postura do tutor precisa ser repensada face ao modelo que se pretende aplicar, em vista de uma prática inovadora do fazer pedagógico, considerando a importância do trabalho de tutoria baseado nas trocas afetivas, promovendo o diálogo e a comunicação de forma humanizadora, a fim de romper com o possível isolamento do estudante. (Brandão e Martins, 2009 *apud* Souza, 2010, p. 13)

A maioria dos alunos prefere o contato com o professor do que com o tutor por uma questão de confiança no conhecimento e na expectativa do ensino. Por outro lado, reconhecem que nas poucas oportunidades que tiveram tutor com formação na área da disciplina, a relação tutor-aluno se tornava também significativa para a aprendizagem e continuidade do curso.

Davídov (Libâneo, 2004), ao falar do ensino desenvolvimental, também explica que o desejo é o agente emocional que impulsiona todas as outras decisões relacionadas a dedicar-se a aprender algo. Desse modo, buscar estabelecer uma relação afetiva no modo virtual de tal modo que os alunos se sintam na sala de aula e que se sintam pertencentes à instituição escolar que escolheram é um dos fatores determinantes da dedicação do aluno ao estudo e até da sua permanência no curso. Existem alguns estudos voltados para os fatores não cognitivos da educação que

explicam que pessoas pobres sentem mais necessidade de proteção 'emocional' dadas as adversidades que enfrentaram durante a vida (Arruda, 2012). Logo, associando essa questão ao perfil de curso técnico, curso a distância, pessoas de baixa renda, trabalhadoras com famílias para sustentar, torna-se claro que o encontro de mais adversidades na escola podem implicar em abandono dela. Existe também essa grande semelhança entre o perfil do curso técnico a distância com alunos da educação de jovens e adultos de diferentes níveis. Segundo Arruda (2012), para educação de jovens e adultos, o acolhimento é o primeiro determinante para permanência e dedicação ao estudo.

## **Considerações Finais**

Em se tratando do contexto real em que vivemos onde em todas as esferas há luta de classes, não podemos deixar de observar que essa agregação de funções aos institutos federais configura uma perda para os estudantes de Ensino Médio que buscam tais escolas para realizar o curso técnico integrado ao médio. Por outro lado, é mais uma instituição que oferta e ajuda a ampliar vagas para as licenciaturas e cursos subsequentes para pessoas que não puderam fazer o técnico em idade mais jovem.

Não que seja menos importante o curso subsequente, porém investir na formação omnilateral dos adolescentes implica em jovens mais preparados para o mercado e para cidadania, o que pode significar, no futuro a longo prazo, menos pessoas mais velhas nas salas de aula buscando essa formação subsequente.

Portanto, entende-se que o investimento maior na Rede Federal deveria ser nos cursos técnicos integrados ou, em segunda opção, os concomitantes.

Ao tratar dessa expansão do modo subsequente, Carvalho (2006) aponta que “diante de cargas horárias tão restritas, o simples aprender instrumental encontra-se fragmentado e pulverizado levando os recém formados a buscas constantes por cursos livres, de pós-graduação ou de extensão na tentativa de superar a exclusão social no mundo do trabalho”.

Por outro lado, o próprio governo não avançou na legalização e organização pedagógico-didática da oferta de ensino médio a distância. Existem empecilhos legais para a oferta desses cursos no modo integrado a distância e também uma resistência interna das escolas por parte dos docentes. Esses fatores subsidiaram também a escolha dos institutos pela oferta da Rede e-Tec mais no modo subsequente. O censo da ABED (2012) comprova que a resistência interna por parte dos professores é o fator de maior peso para os rumos que são dados à EaD dentro das instituições.

Em consequência disso, embora o perfil que busca a educação técnica ainda seja predominantemente da classe baixa, recentemente, algumas alterações têm ocorrido. Para Motta (2012), “o alunado hoje (2011) é, em relação a 2004, mais rico, mais velho e possui uma porcentagem maior de trabalhadores”. A pesquisa de Motta trata de cursos técnicos presenciais. Para os cursos técnicos a distância, podemos reescrever que é um público menos pobre que em 2004, mais velho e composto de pessoas que trabalham, estudam outros cursos simultaneamente ou têm família para

sustentar. Com exceção dos cursos corporativos, a predominância dentre os alunos é do sexo feminino (ABED, 2012).

De um modo geral, observamos que as necessidades formativas, incluindo as afetivas e de aprendizagem, são diferentes de um curso técnico para um curso superior dada sua natureza. Se estes cursos sempre tiveram reconhecidas suas diferenças, porque agora no modo a distância haveriam de passar pelas mesmas regras de implantação e gestão? Na Rede e-Tec falamos de cursos técnicos a distância. Obviamente que o objetivo formativo desses cursos é diferente do superior. Duarte chama a atenção para o fato de que

é sempre necessário definir a natureza do curso, pela compatibilização de objetivos, justificativas, contexto e perfil da clientela. É esta compatibilização que torna cada curso ímpar e cada material didático um reflexo desta particularidade. Compreender essa dinâmica é fundamental para enfrentar, com sucesso, as demandas crescentes de cursos em EaD. (Duarte, 2011, p. 72)

Embora seja possível aprender com as experiências já existentes implantadas por várias escolas pelo país, pelo exterior, pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), é preciso compreender do que necessita mais o aluno do curso técnico a distância para concretização dos objetivos colocados a este nível de ensino. Portanto, seguir os mesmos referenciais de qualidade da graduação a distância (Brasil, 2007), bem como importar a estrutura organizacional-pedagógica para gestão e financiamento dos cursos da UAB demonstra claramente a falta de planejamento quando da implantação dos cursos técnicos a distância.

Outro fator que demonstra pouco empenho em investir seriamente nesses cursos é a organização trabalhista permitida. Conforme ressalta Costa (2013), a Res. Nº 18 que regulamenta o trabalho dos professores e tutores na Rede e-Tec não configura vínculo trabalhista e, por isso, não lhes permite a dedicação exclusiva a ser professor do ensino técnico a distância. É antes uma atividade secundária, um “bico” para complementação salarial dos docentes.

Tais informações são significativamente importantes porque, entrelaçadas, culminam num curso técnico realizado com qualidade inferior ao mesmo curso realizado presencialmente pela mesma instituição, haja visto que o professor não consegue, via carga-horária, dedicar-se de maneira que consiga selecionar materiais didáticos, preparar aulas e realizar discussões *online* que consigam suprir as necessidades técnicas da habilitação do curso.

Da forma como se tem conduzido a Rede e-Tec numa corrida pela expansão da rede federal, observa-se uma adaptação impensada sem adequações da educação superior a distância para a educação técnica a distância. O foco só na quantidade de vagas representa forte influência neoliberal, não valorização das necessidades pedagógicas do curso, desejo de pouco investimento em tais necessidades e formação restrita ao mercado vigente. Indica mais ser um negócio bom para as empresas do que bom para os futuros técnicos.

Fomento: Bolsa PIQ/IFG

## Referências Bibliográficas

- ABED. Censo EaD 2011: Relatório analítico de aprendizagem a distância no Brasil. 2011. Acesso em 14/03/2014. Disponível em [http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/censo\\_ead/](http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/censo_ead/)
- ABED. Censo EaD 2012: Relatório analítico de aprendizagem a distância no Brasil. 2012. Acesso em 14/03/2014. Disponível em [http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/censo\\_ead/](http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/censo_ead/)
- ABREU-E-LIMA, D. M., ALVES, M. N. O *feedback* e sua importância no processo de tutoria a distância . *Pro-Posições* [online]. Vol.22, n.2, pp. 189-205. ISSN 0103-7307. 2011.
- ALONSO, K. M. Educação a Distância e seus Referenciais de Qualidade: Sobre Padrões e Equalização da Oferta. In.: RODRIGUES, Cleide A. C.; CARVALHO, Rose M. A. (orgs.) Educação a Distância: Teorias e Práticas. Goiânia: Editora da PUC Goiás. 2011.
- ARRUDA, Z. A. A. O PROEJA no IFPB Campus João Pessoa: um estudo sobre o acesso e a permanência do alunado. João Pessoa, 2012. 143f. Dissertação (Mestrado). Ceará, UFPB. 2012.
- BRASIL. Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>> Acesso em 14/7/13. 2012.
- BRASIL. Concepção e diretrizes: um novo modelo em educação profissional e tecnológica. Disponível <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb011\\_08.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb011_08.pdf)>. Acesso em: 18/6/13. 2012.
- BRASIL. Lei Nº 12.513 de 26 de Outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). 2011a. Disponível em <<http://pronatec.mec.gov.br/>>.
- BRASIL. Decreto Nº 7.589 de 26 de Outubro de 2011. Institui a Rede e-Tec Brasil. 2011b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20112014/2011/Decreto/D7589.htm#art9](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20112014/2011/Decreto/D7589.htm#art9)>. Acesso em 22/7/13.
- BRASIL. Resolução Nº 6 de 20 de Setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. 2012.
- CARVALHO, C. R. F. Estudo do Perfil Profissional e da Formação Acadêmica do Tecnólogo em Estética: Estudo de Caso. 2006. 196 p. Dissertação de Mestrado. Instituto Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006.
- COSTA, R. L. Rede e - Tec: Análise Crítica da Organização Pedagógica. In: Anais do II Colóquio Nacional A Produção do Conhecimento em Educação Profissional. Natal (IFRN), 2013. Disponível em <<http://coloquioeducacao.weebly.com/>>. Acesso em 03/02/14.

- CUNHA, L. A. O ensino industrial manufatureiro no Brasil. Revista Brasileira de Educação. Maio/Junho/Julho/Agosto, n.o 14, 2000. Disponível em <[http://www.anped.org.br/rbe/numeros\\_rbe/revbrased14.htm](http://www.anped.org.br/rbe/numeros_rbe/revbrased14.htm)>. Acesso em 03/02/14.
- DISCONSI, A. M. et al. Relatório Sobre o Perfil do Aluno Ingressante no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre. Porto Alegre, 2010.
- DUARTE, Z. M. C. Educação a Distância (EAD): Estudo dos Fatores Críticos de Sucesso na Gestão de Cursos da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte. 2011. Universidade FUMEC. Faculdade de Ciências Empresariais – FACE.
- ETEC CARAPICUÍBA. Perfil Socioeconômico dos Alunos Ingressantes na Etec Carapicuíba, Extensão Prof. Oscar Graciano e Extensão São Lourenço da Serra. Centro Paula Souza. Governo do Estado de São Paulo. 2011.
- FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. Conferência de Abertura da 33a Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e da Pesquisa em Educação (ANPED). Caxambu-MG. 2010.
- FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. Concepção e Experiências de Ensino Integrado: A gênese do Decreto n. 5.154/2004 - um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: Ensino Médio Integrado à Educação. Boletim 07, mai/jun. 2006.
- FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. Educação Básica no Brasil na Década de 1990: Subordinação Ativa e Consentida à Lógica do Mercado. Educação e Sociedade. Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril. 2003. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>
- KUENZER, A. Z. Os impactos da produção do conhecimento na área de currículo sobre a inclusão dos jovens que vivem do trabalho. In: Encontro Nacional de Didática e Práticas Educacionais (ENDIPE). 2012.
- KUENZER, A. Z., GRABOWSKI, G. História e Perspectivas do Ensino Médio e Técnico. A gestão democrática da Educação Profissional: desafios para sua construção. In: Ensino Médio Integrado à Educação. Boletim 07, mai/jun. 2006.
- \_\_\_\_\_. O ensino médio para os que vivem do trabalho: formar para inclusão subordinada? In: Congreso 2009 de la Asociación de Estudios Latinoamericanos, Río de Janeiro, Brasil, del 11 al 14 de junio. 2009.
- LEHER, R. Professor da UFRJ analisa estratégias do PRONATEC. Entrevista. 2011. Disponível em <<http://www.sinasefe-natal.org.br/noticia.php?noticia=132>>. Acesso em 11/03/14.
- LIBÂNEO, J. C. Didática: Velhos e novos temas. Edição do Autor. 2002.
- \_\_\_\_\_. A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: a Teoria Histórico-cultural da Atividade e a contribuição de Vasili Davydov. Revista Brasileira de Educação. Vol.3 No 27. 2004. Acesso em 05/12/2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n27/n27a01.pdf>>

- LIMA, M. Perspectivas e riscos da Educação Profissional do Governo Dilma: Educação Profissional Local e antecipação ao Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (PRONATEC). In: Reunião Anual da Associação Nacional de PósGraduação e Pesquisa em Educação - ANPEd, 34., 2011, Natal. p. 1-16. 2011.
- MANFREDI, S. M. Educação Profissional no Brasil. São Paulo: Cortez Editora. 2002.
- MOORE, M. KEARSLEY, G. Educação a Distância: Uma Visão Integrada. São Paulo: Thomson Learning. 2007.
- MOTTA, P. T. R. da. O ensino técnico como alternativa de acesso ao mercado de trabalho: um estudo do perfil do aluno da Escola Técnica Estadual de Assis-SP. 2012. 151 f. TESE (Doutorado em Psicologia). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012.
- SOBRAL, F. J. M. Retrospectiva histórica do ensino agrícola no Brasil. In: Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. V. 2, n. 2, nov. 2009. Brasília: MEC, SETEC, 2009.
- Preti, O. Educação a distância: fundamentos e políticas. Cuiabá : EdUFMT, 2009.
- SALDANHA, L. de L. W. O Pronatec e a Relação Ensino Médio e Educação Profissional – UFPR - IX ANPEDSUL. 2012. Disponível em <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/1713/141>> Acesso em 23/04/13.
- SOUZA, R. M. J. O Tutor Presencial de Cursos Superiores a Distância: Atribuições, Formação e Status Profissional. Dissertação de Mestrado: Departamento de Educação da PUC Goiás: Goiânia. 2010.
- TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas. 1987.
- VYGOTSKY, L. S. A Formação Social da Mente. 4ª edição brasileira. Livraria Martins Fontes Editora Ltda. São Paulo – SP. 1991.